



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CORREIO DE SERGIPE  
Identificação: CORREIO URBANO A4 GERAL  
Data: 10/10/2012

# MPE requer do Governo compra de medicamentos

Justiça pode bloquear verbas públicas para adquirir remédios oncológicos no HGJAF

Diante de uma série de supostas irregularidades denunciadas e que teriam sido comprovadas pela Promotoria dos Direitos da Saúde do Ministério Público Estadual (MPE) em relação ao laboratório do Hospital Governador João Alves Filho (HGJAF) e à inexistência de produtos básicos e insumos para a realização precisa de exames no setor, o MPE executou na tarde de ontem, 09, através de uma medida liminar, o Estado de Sergipe, a Fundação Hospitalar de Saúde e a Secretaria de Estado da Saúde pela desobediência ao cumprimento dos termos de ajustes aplicados ao longo de diversas audiências.

“O MPE entrou com algumas ações por causa da inexistência de insumos e a finalização das obras do laboratório. Saiu uma decisão judicial, no recurso que foi feito, que as obras devem ser finalizadas no prazo de até 90 dias. Agora, o MPE está executando essa medida liminar porque recebemos denúncias que o laboratório continua sem os insumos e os



DIVULGAÇÃO

■ Euza Missano: “faltam medicamentos quimioterápicos e antibióticos”

dentro do hospital e na própria conduta terapêutica do profissional, porque muitas vezes os exames não são realizados a tempo. E isso nos preocupa porque é a sociedade que está em risco”, ressalta.

Euza Missano destaca ainda que um assunto leva a outro, já que o serviço de oncologia depende também do laboratório do hospital para realizar todos os procedimentos e serviços. “Nesse caso específico, o MPE está pedindo à Justiça que faça uma análise de toda a documentação que vamos apresentar e não está descartada a possibilidade do juiz determinar o bloqueio de verbas públicas para poder fazer a aquisição e pagamento dos medicamentos oncológicos”, diz Missano.

## • Casas de apoio

A promotora destaca que os próprios médicos denunciaram que para salvar a vida de pacientes, medicamentos que deveriam ser cedidos pelo Estado, estariam sendo enviados pelas casas de apoio às pessoas com câncer como Gaac e Avosos. “Elas não têm obrigação de fazer isso. Faltam medicamentos quimioterápicos, antibióticos, anticonvulsionantes, etc.

Com a execução estão intimidados o presidente da Fundação Hospitalar e o secretário de Estado da Saúde, Sílvio Santos, para que cumpram a liminar em 72 horas. Não sabemos se o juiz vai conceder. Este é um pedido do Ministério Público. Os próprios médicos e enfermeiros estão desconfortáveis porque não há produtos para atender aos pacientes. Isso compromete a assistência porque não há tempo hábil também para a realização de exames de alto custo. Reunimos todos os materiais e enviaremos à Justiça para que as medidas sejam tomadas”, enaltece a promotora.



**ESTADO, FUNDAÇÃO  
HOSPITALAR E A  
SECRETARIA DE  
SAÚDE TERIAM DES-  
CUMPRIDO TACS  
DURANTE AUDIÊNCIAS**

materiais necessários. Mesmo sem as obras inacabadas, os insumos tinham que estar no local. Por isso, estamos pedindo execução”, explica a promotora de Justiça Euza Missano.

Além do processo em relação ao laboratório, o MPE move outro também contra os mesmos réus por conta do cumprimento da inexistência de medicamentos e a não realização de cirurgias oncológicas. “Por conta disso, estamos executando também medidas para a compra de medicamentos oncológicos pelo próprio estado. Há atrasos na formação do diagnóstico, nas filas para os procedimentos